

Economia

AGRONEGÓCIOS

Frente da Agricultura Familiar defende Código Florestal no STF

Não tendo conseguido o direito de se pronunciar na audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) impetradas contra o Código Florestal, ontem, em Brasília, o deputado Heitor Schuch (PSB/RS) entregou um documento ao ministro relator dos processos, Luiz Fux, reiterando o apoio à manutenção da atual legislação ambiental.

Em nome da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, da qual é presidente e congrega 246 deputados federais e seis senadores, Schuch destacou que o Código Florestal é fruto de um profundo debate de mais de 10 anos, envolvendo todos os setores da sociedade que construíram uma legislação possível de ser aplicada, a qual não prejudicasse

social e economicamente os agricultores e nem comprometesse o meio ambiente, prevendo inclusive ações de recuperação, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Para Schuch, o acolhimento das Adins pelo STF gerará uma instabilidade jurídica sem precedentes no campo brasileiro, e jogará na ilegalidade aproximadamente 84% dos estabelecimentos familiares no Brasil, que foram beneficiados com a nova lei em dois aspectos principais: com a redução da recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal em áreas que já vêm sendo cultivadas há décadas. O parlamentar lamentou a ausência de representantes das pequenas propriedades na audiência. “Os maiores interessados e afetados pelo Código não tiveram direito à voz, lamentável.”

Estado precisa otimizar recursos de vigilância no combate à aftosa

O fiscal agropecuário Diego Viali dos Santos apresentou ontem para representantes do serviço veterinário oficial e das cadeias produtivas de bovinos e suínos o resultado do estudo intitulado “Identificação de áreas de risco para a febre aftosa no Rio Grande do Sul utilizando a técnica de múltiplos critérios”. O trabalho foi financiado por um Acordo de Cooperação Técnica entre a Faculdade de Veterinária da Ufrgs, o Fundesa e a Secretaria da Agricultura.

O estudo, que levou em conta 22 critérios, apontou que o principal risco de ingresso do vírus ocorre nas regiões de fronteira e através a movimentação ilegal de animais. Para ter um ponto de

partida, a pesquisa analisou os casos de febre aftosa registrados no estado de 1986 a 2001. “O resultado comprovou que a maior parte dos casos ocorreu nas regiões onde apontamos como as de maior risco”, afirma Diego Viali dos Santos.

A conclusão do trabalho pode contribuir para a definição de políticas de vigilância animal. “Se o maior risco está nas regiões fronteiriças, é lá que deve estar reforço da vigilância ativa”, destaca Santos. Com base no estudo, o presidente do Fundesa, Rogério Kerber sugeriu que o Grupo de Avanço de Status Sanitário no Rio Grande do Sul se reúna nos próximos dias para avaliar as medidas que podem ser tomadas.

Agropecuária exporta 6,5% menos em valor em março

No 1º trimestre, Estado vendeu US\$ 1,732 bilhão, queda de 8,3%

PORTO DE RIO GRANDE/DIVULGAÇÃO/JC



China continua como o principal destino dos produtos gaúchos, comprando 13,9% do total embarcado

No mês de março, o Rio Grande do Sul exportou o valor de US\$ 1,139 bilhão, sendo que US\$ 697 milhões (61,1%) foram provenientes da agropecuária. O volume exportado pelo setor no período chegou a 1,368 milhão de toneladas, com um saldo da balança comercial de US\$ 606 milhões.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, os embarques do agronegócio em valor apresentaram queda de 6,5%. Sozinhos, os produtos do complexo soja e carnes responderam por 84% do recuo.

Os dados constam no Relatório e Comércio Exterior divulgado on-

tem pela Assessoria Econômica do Sistema Farsul. No mesmo período analisado, os embarques do agronegócio gaúcho registraram alta de 14,5% neste ano, tendo os grupos complexo soja, cereais e produtos florestais como principais responsáveis por este resultado. O preço em dólar por tonelada caiu 18,3%, com redução nos grupos complexo soja (-17,8%), carnes (-15,5%) e cereais (-20%). Na comparação com fevereiro deste ano, o valor exportado do agronegócio gaúcho teve um aumento de 31,1% no mês de março. O salto foi de US\$ 531 milhões para US\$ 697 milhões.

No acumulado do ano (janeiro

ro a março), o Rio Grande do Sul vendeu US\$ 1,732 bilhão em mercadorias do agronegócio, queda de 8,3% em relação ao mesmo trimestre de 2015.

A China segue como grande destino dos produtos gaúchos no período, com US\$ 240 milhões e 13,9% do total. Na sequência vêm os Estados Unidos, com US\$ 128 milhões e 7,4% de participação. Em terceiro aparece a Coreia do Sul, com US\$ 77 milhões e 4,4% do total. Nas importações, a Argentina figura em primeiro lugar com US\$ 82 milhões (39,5%), seguida por Uruguai com US\$ 37 milhões (17,8%) e o Paraguai com US\$ 19 milhões (9,3%).

Sem verba, IBGE adia censo e cancela concurso

Com um corte em seu orçamento, o IBGE decidiu adiar a realização do Censo Agropecuário, que iria a campo em 2017, uma importante pesquisa que inclui informações sobre segurança alimentar e agricultura fami-

liar. Com isso, o concurso para preenchimento de 1.409 vagas temporárias, destinadas ao censo, foi cancelado. Os inscritos no processo terão os valores das inscrições reembolsados, informou o IBGE. O orçamento do Censo Agropecuário foi reduzido em janeiro deste ano, de R\$ 330,8 milhões para R\$ 266,8 milhões na Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional. Nos últimos meses, o IBGE vinha negociando com o Ministério do Planejamento a recomposição deste orçamento para preparar a pesquisa, o que inclui, por exemplo, a compra de equipamentos.

“Diante dessa realidade, o Censo Agropecuário está adiado, e uma nova data para sua reali-

zação está condicionada à liberação dos recursos necessários em tempo hábil à organização da operação”, informou o instituto.

Esta não é a primeira vez que a pesquisa é adiada. Dois anos atrás, após um corte no orçamento, o IBGE decidiu adiar o Censo de 2015 para 2017.

Segundo o IBGE, as demais pesquisas previstas para este ano seguem preservadas “até o momento”. O Censo Agropecuário levanta informações que vão desde a segurança alimentar e agricultura familiar, a questões macroeconômicas, como preço dos alimentos e balança comercial, incluindo temas de sustentabilidade e preservação ambiental.

COMBO DECLARAÇÃO COMABE

PAPEL + TONER
em condições especiais.

A entrega do Imposto de Renda acaba dia 29, e o que não pode faltar no escritório é toner e papel para impressoras e multifuncionais.

COMABE

Solutores organograma:
Região Metropolitana
(51) 3396.2300 • comabe.com.br

UNICRED
MAIS VALOR PARA VOCÊ